

## Geota acusa Governo de beneficiar barragem da EDP no Tâmega

8 de Junho, 2017 - 17:29h

Segundo o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, o executivo violou uma diretiva europeia, permitindo que a EDP avance com a barragem de Fridão. Apesar de suspenso até 2019, o projeto viu prolongado o seu prazo de validade. GEOTA vai apresentar queixa à Comissão Europeia.

Em comunicado, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) lembra que o Fridão integra o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), lançado em 2007 pelo governo de José Sócrates, sendo que, ?em abril de 2016, no âmbito da reavaliação do Programa, o Ministério do Ambiente suspendeu o projeto, reconhecendo que, ?tendo em conta as metas com que Portugal se comprometeu em termos de produção energética?, era ?necessário reavaliar a sua construção no prazo de três anos?.

Esta segunda-feira, foi, contudo, publicada uma Resolução do Conselho de Ministros <sup>[1]</sup> que revela que ?o Estado Português, a EDP ? Gestão de Produção de Energia, S.A. (EDP), e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., celebraram, em 5 de dezembro de 2016, um Memorando de Entendimento através do qual acordaram, entre outros aspetos, em celebrar uma adenda ao Contrato de Implementação do PNBEPH para a conceção, construção, exploração e conservação de obras públicas e das respetivas infraestruturas hidráulicas dos aproveitamentos hidroelétricos de Fridão e do Alvito atribuídas por concurso público?.

A Resolução estabelece que ?os contratos de concessão de utilização do domínio hídrico poderão ser celebrados quando o Governo decidir se a barragem avança ou não. Prolonga ainda a suspensão dos Planos Diretores Municipais das áreas afetadas em Amarante, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena?, escreve o GEOTA.

Ora, conforme lembra a ONG, ?o contrato de implementação de Fridão foi assinado em dezembro de 2008 <sup>[2]</sup>, antes da emissão de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) que, por lei, aprova ou reprovava um projeto sujeito ao cumprimento da Diretiva de Impactes Ambientais? e, ?também a DIA, emitida em abril de 2010, havia sido prorrogada, sendo válida para além do período estabelecido pela lei que transpõe a Diretiva?.

Ana Brazão, do GEOTA, alertou que, ?se Fridão for aprovado em 2019, as obras terão início quase dez anos depois de elaborado o Estudo de Impacte Ambiental?.

“O património natural já sofreu alterações, assim como o tecido económico da região. Se o projeto não se justificava em 2007, hoje ainda menos”, referiu a responsável, sinalizando que “a barragem de Fridão afetará negócios de turismo diferenciadores, que dependem de um rio livre e serão inviabilizados”.

O GEOTA adverte ainda que “há também risco para a população de Amarante, devido à sua proximidade em caso de rutura”, sendo que “o aproveitamento será construído sob uma antiga falha sísmica”. “Ontem, um sismo de magnitude 3.6 na escala Richter teve o seu epicentro a poucos quilómetros do futuro local da barragem”, escreve a ONG.

“Aquando da reavaliação do PNBEPH, as associações de defesa do ambiente denunciaram a falta de transparência desse processo. A situação mantém-se”, lamentou Ana Brazão, recordando que o GEOTA pediu, em maio, esclarecimentos ao Ministério do Ambiente sobre as novas datas dos contratos de concessão para Fridão, não tendo obtido resposta até ao momento.

Já João Joanaz de Melo, presidente da Assembleia Geral do GEOTA, acrescentou que “a opacidade afeta todos os empreendimentos aprovados ao abrigo do PNBEPH, nomeadamente Foz Tua, da EDP, mantido pelo Governo anterior, e o Sistema Electroprodutor do Tâmega, da Iberdrola, que nos termos da 'revisão' feita pelo atual Executivo, nunca deveria ter avançado”.

Por estes motivos, frisam, “o GEOTA exige um novo Estudo de Impacte Ambiental e nova consulta pública para o projeto”.

O professor de Engenharia do Ambiente, lembrou que “as novas barragens são apoiadas por um subsídio direto no montante de 21,6 M€/ano durante dez anos”, subsídio que Fridão perdeu em 2015 [3].

À data, o Ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, justificava a decisão pelo facto de a EDP não ter submetido “o contrato de concessão e a conclusão do processo de licenciamento na data prevista, até ao final do ano passado”, tendo, dessa forma, perdido “a possibilidade de beneficiar dos incentivos ao investimento”.

Para Joanaz de Melo, “fica por explicar se esta reviravolta de prazos também implica estes incentivos”.

O GEOTA anunciou que irá apresentar queixa à Comissão Europeia “por considerar que o processo de Fridão viola a Diretiva de Impactes Ambientais”.

Recorde-se ainda que, em fevereiro, a ONG entregou uma queixa-crime na Procuradoria Geral da República [4] para que fosse desencadeada uma investigação aos negócios das novas barragens de Trás-os-Montes, da Iberdrola e EDP.

Artigos relacionados:

Barragens: Suspeitas de corrupção e tráfico de influências originam queixa na PGR [4]

Sobre o/a autor(a):

• Biblioteca

- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

**URL de origem:** <http://www.esquerda.net/artigo/geota-acusa-governo-de-beneficiar-barragem-da-edp-no-tamega/49137>

**Ligações:**

[1] [https://dre.pt/application/file/a/107468770?utm\\_source=Jornalistas&utm\\_campaign=59628b4361-CI\\_ComunicadoResolução\\_Tâmega&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_372041bb5c-59628b4361-](https://dre.pt/application/file/a/107468770?utm_source=Jornalistas&utm_campaign=59628b4361-CI_ComunicadoResolução_Tâmega&utm_medium=email&utm_term=0_372041bb5c-59628b4361-)

[LIST\_EMAIL\_ID]&ct=t(CI\_ComunicadoResolução\_Tâmega)&mc\_cid=59628b4361&mc\_eid=[UNIQUE\_ID]

[2] [http://rioslivresgeota.org/wp-content/uploads/2017/05/Revisão-Plano-Nacional-de-Barragens\\_Min\\_Ambiente.pdf?utm\\_source=Jornalistas&utm\\_campaign=59628b4361-CI\\_ComunicadoResolução\\_Tâmega&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_372041bb5c-59628b4361-](http://rioslivresgeota.org/wp-content/uploads/2017/05/Revisão-Plano-Nacional-de-Barragens_Min_Ambiente.pdf?utm_source=Jornalistas&utm_campaign=59628b4361-CI_ComunicadoResolução_Tâmega&utm_medium=email&utm_term=0_372041bb5c-59628b4361-)

[LIST\_EMAIL\_ID]&ct=t(CI\_ComunicadoResolução\_Tâmega)&mc\_cid=59628b4361&mc\_eid=[UNIQUE\_ID]

[3] [https://www.publico.pt/2015/07/12/economia/noticia/edp-perdeu-incentivos-ao-investimento-na-barragem-de-fridao-1701836?utm\\_source=Jornalistas&utm\\_campaign=59628b4361-CI\\_ComunicadoResoluçãotâmega&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_372041bb5c-59628b4361](https://www.publico.pt/2015/07/12/economia/noticia/edp-perdeu-incentivos-ao-investimento-na-barragem-de-fridao-1701836?utm_source=Jornalistas&utm_campaign=59628b4361-CI_ComunicadoResoluçãotâmega&utm_medium=email&utm_term=0_372041bb5c-59628b4361)

[LIST\_EMAIL\_ID]&ct=t(CI\_ComunicadoResolução\_Tâmega)&mc\_cid=59628b4361&mc\_eid=[UNIQUE\_ID]

[4] <http://www.esquerda.net/artigo/barragens-suspeitas-de-corrupcao-e-traffic-de-influencias-originam-queixa-na-pgr/47057>